



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA	
Divisão de Apoio às Comissões	
COFMA	
N.º Único	581330
Entrada/Saida n.º	203
Data	25/7/2017

Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa

---

Exmo. Senhor  
Presidente da Assembleia da República

Of. n.º 203/COFMA/2017

24.07.2017

**Assunto:** Relatório da participação da Assembleia da República na Semana Parlamentar Europeia 2017 e na Conferência Interparlamentar sobre o Art.º 13.º do Tratado sobre Estabilidade, Coordenação e Governação

Para os devidos efeitos, junto tenho a honra de remeter a Vossa Excelência o Relatório da participação da Assembleia da República na Semana Parlamentar Europeia 2017 e na Conferência Interparlamentar sobre o Art.º 13.º do Tratado sobre Estabilidade, Coordenação e Governação, que decorreu em Bruxelas, entre os dias 30 de janeiro e 01 de fevereiro de 2017.

A delegação da Assembleia da República integrou deputados das Comissões de Assuntos Europeus, Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa e de Trabalho e Segurança Social, tendo sido chefiada pelo Senhor Deputado Eurico Brilhante Dias, Vice-Presidente da CAE.

Com os melhores cumprimentos,

A Presidente da Comissão

(Teresa Leal Coelho)





## **Participação da Assembleia da República na Semana Parlamentar Europeia 2017 e na Conferência Interparlamentar sobre o Art.º 13.º do Tratado sobre Estabilidade, Coordenação e Governação**

Parlamento Europeu, Bruxelas, 30 de janeiro a 1 de fevereiro de 2017

### **Composição da Delegação**

Integraram a Delegação da Assembleia da República as Senhoras e os Senhores Deputados que se indicam de seguida:

- Eurico Brilhante Dias (PS), Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Europeus (CAE), chefe de delegação;
- Manuel Rodrigues (PSD), membro da CAE;
- António Leitão Amaro (PSD), membro da Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa (COFMA);
- João Galamba (PS), membro da COFMA;
- Miguel Tiago (PCP), membro da COFMA;
- Clara Marques Mendes (PSD), membro da Comissão de Trabalho e Segurança Social (CTSS);
- Ivan Gonçalves (PS), membro da CTSS.

O apoio técnico foi prestado pela Representante Permanente da Assembleia da República junto da União Europeia, Maria João Costa, e pelo Assessor da Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa, Vasco Cipriano.

### **Enquadramento**

A Semana Parlamentar Europeia 2016 teve lugar no Parlamento Europeu, em Bruxelas, tendo contado com a participação de parlamentares da União Europeia para debater questões económicas, orçamentais e sociais.

No quadro da Semana Parlamentar Europeia tiveram lugar dois eventos:

- **A Conferência sobre o Semestre Europeu**, organizada pelo Parlamento Europeu, com vista à troca de informações sobre as práticas de excelência na



aplicação dos ciclos do Semestre e o reforço da cooperação para escrutínio das ações do executivo, tanto a nível nacional como a nível europeu, no âmbito do ciclo do Semestre Europeu;

- A **Conferência Interparlamentar sobre Estabilidade, Coordenação e Governança**, coorganizada e copresidida pela Câmara dos Representantes de Malta e pelo Parlamento Europeu, com vista ao debate e intercâmbio de informações e boas práticas na aplicação das disposições do Tratado, a fim de reforçar a cooperação entre os parlamentos nacionais e o Parlamento Europeu e contribuir para assegurar a responsabilidade democrática em matéria de governação económica e orçamental na UE, e em especial na UEM, tendo em conta a dimensão social e sem prejuízo das competências dos Parlamentos dos Estados Membros da UE.

O programa da reunião, a lista de participantes, registos vídeo e áudio, bem como diversa documentação de suporte encontram-se no seguinte endereço:

<http://www.europarl.europa.eu/relnatparl/en/conferences/european-parliamentary-week.html>

## **PROGRAMA**

O programa das conferências compreendeu três dias de trabalhos, seguindo-se a apresentação de um resumo das intervenções e debates de acordo com os seguintes registos:

### **Dia 30 de janeiro de 2017 – Semana parlamentar europeia**

#### **1. Sessão Plenária – Parte I**

**“As prioridades políticas do Ciclo do Semestre europeu de 2017”**

<p><b>Copresidida por:</b> Roberto Gualtieri, Presidente da Comissão de Assuntos Económicos e Monetários, e por Claude Rolin, Vice-Presidente da Comissão de Emprego e Assuntos Sociais,</p>
--



Abriu os trabalhos o Presidente da Comissão de Assuntos Económicos e Monetários, **Roberto Gualtieri**, que deu as boas vindas e cumprimentou a mesa, enquadrando a discussão que se seguiria, sobre a coordenação de políticas económicas, e recordando o relatório elaborado pelo Parlamento Europeu. Interveio também **Claude Rolin**, Vice-Presidente da Comissão de Emprego e Assuntos Sociais, que sublinhou a necessidade de conjugar políticas económicas com políticas sociais.

De seguida, tomou a palavra **Valdis Dombrovskis**, Vice-Presidente da Comissão Europeia para o Euro e o Diálogo Social, começou por referir as melhorias registadas a nível de emprego e dos défices orçamentais, notando que há apenas dois países em procedimento por défice excessivo, no momento.

Sublinhou a necessidade de esforços para promover o investimento e as reformas estruturais (que, entende, atraem o investimento). Considerou que só um financiamento sustentável poderá trazer desenvolvimento sustentável e que a dívida pública continua a níveis muito elevados em alguns países. Defendeu a necessidade de reformas no mercado de trabalho e nas pensões, realçando que a Comissão Europeia propôs um programa de apoio às reformas estruturais, a pedido dos Estados Membros, que se encontra em fase de aprovação no Conselho.

Interveio depois o Comissário Europeu para os Assuntos Económicos e Financeiros, Impostos e Alfândegas, **Pierre Moscovici**, que começou por saudar a evolução do contexto económico, em recuperação mas ainda a um nível modesto para que os europeus esperam. Referiu-se de seguida a uma série de aspetos preocupantes, como desemprego jovem, a falta de procura interna, a baixa inflação, a fraca rentabilidade do setor bancário. Lembrou também o referendo britânico e os primeiros sinais da Administração Trump como fatores de incerteza para a economia europeia e sublinhou que a Comissão Europeia pede o redobrar dos esforços no sentido do que considera ser o triângulo virtuoso da política económica: o investimento, as reformas estruturais e as políticas orçamentais responsáveis.

Notando que a política monetária tem sido bem conduzida mas que o Banco Central Europeu não pode assumir todo o esforço, estando a atingir os limites, lembrou o papel da política orçamental, com respeito pelo Pacto de Estabilidade e Crescimento (PEC).

Mencionou também a situação de desequilíbrio entre os países da zona Euro, referindo que quem tem excedentes não os utiliza e que quem gostava de os ter não os tem.

Considerou que o semestre europeu traz a possibilidade de criar uma política fiscal mais justa e eficaz, defendendo que a mesma deve apoiar o investimento e a criação de emprego, encorajando a investigação/desenvolvimento. Defendeu ainda que uma fiscalidade justa passa pelo combate à fraude e evasão fiscal e que as multinacionais devem pagar impostos no local onde a riqueza é criada, visando uma melhor distribuição de rendimentos e o financiamento de políticas públicas.

Os Deputados ao Parlamento Europeu, relatores para a Análise ao Crescimento Anual de 2017 e 2016, **Gunnar Hökmark** e **Maria João Rodrigues**, intervieram de seguida. **Gunnar Hökmark** mencionou a recuperação económica lenta e os elevados défice orçamental e dívida pública de alguns países. Alertou para os riscos do protecionismo, que poderá ser prejudicial para a Europa mas também para os Estados Unidos da América. Recordou a necessidade de combater a evasão fiscal mas também de assegurar que há mais contribuintes. Defendeu a continuação de reformas estruturais e que não haverá crescimento sustentado sem cumprir as regras do PEC. **Maria João Rodrigues** notou que a União Europeia se confronta com problemas existenciais, para além das crises conjunturais. Sustentou a aposta no investimento, não só tendo em vista exportações mas também a procura interna. Defendendo que os Estados Membros deverão investir mais, realçou que os Estados Membros com maior margem de manobra são os que têm défices orçamentais mais reduzidos.

Abrindo-se um período de debate, usaram da palavra consecutivamente membros das Delegações de Alemanha, Polónia, Grécia, Hungria, Itália e França, bem como um membro do Comité das Regiões, com questões incidentes sobre a pertinência da atual política monetária; a utilização de verbas com a emigração; a falta de convergência económica e social e a situação na Grécia, encarada pelos intervenientes deste país como um fracasso; a necessidade de o semestre europeu ser um meio para um maior crescimento económico; as virtudes de uma política orçamental expansionista, com recuperação económica alimentada pela procura interna; a falta de uma política orçamental coordenada, expansionista, dadas as limitações da política do Banco Central Europeu; a



pertinência da continuação das políticas de oferta, do Pacto de Estabilidade e Crescimento e de austeridade.

Ainda nesta fase, usaram da palavra membros da delegação portuguesa.

O Senhor Deputado **Eurico Brilhante Dias (PS)** apontou dois vetores fundamentais. Por um lado, o documento apresentado pela Comissão Europeia que propõe uma abordagem orçamental agregada, permitindo passar de uma lógica neutral para uma lógica mais expansionista, notando que a procura interna na zona Euro é muito importante para o crescimento e o emprego. Por outro lado, refere que o plano Juncker para o investimento não é suficiente para a convergência e coesão e que deve haver uma dimensão territorial. Realçou o esgotamento da política monetária e defendeu a criação de um Fundo Monetário Europeu.

O Senhor Deputado **João Galamba (PS)** declarou que deve haver uma aposta no investimento e que não são as reformas estruturais e fiscais que vão libertar o investimento. Recordou que as empresas em Portugal e na Europa referem que o principal obstáculo ao investimento é a falta de procura. Como tal, é pela procura interna que se deve começar a recuperação, devendo-se favorecer essa dinâmica e não outras variáveis despiciendas.

O Senhor Deputado **Manuel Rodrigues (PSD)** notou a necessidade de concluir o pilar da União Bancária, bem como da criação de um Fundo Monetário Europeu. Referiu ainda que a União Europeia poderia ter capacidade orçamental para financiar reformas estruturais e que o papel do Banco Central Europeu não se encontra esgotado, até porque o objetivo de inflação se encontra em metade.

Em resposta conjunta aos comentários e questões suscitadas, o Presidente da Comissão de Assuntos Económicos e Monetários, **Roberto Gualtieri**, concordou que a recuperação ainda é frágil e que é preciso relançar o investimento e reforçar a procura.

O Vice-Presidente da Comissão Europeia para o Euro e o Diálogo Social, **Valdis Dombrovskis**, afirmou que a Comissão europeia considera três prioridades para estimular o investimento, nomeadamente o Plano Juncker, as reformas estruturais e a responsabilidade orçamental, dado que o problema não se pode resolver apenas, entende, com política monetária e fiscal. Sublinhou que há Estados Membros que devem corrigir défices excessivos e que há Estados membros que vem usar os seus excedentes para relançar a economia.

O Comissário Europeu para os Assuntos Económicos e Financeiros, Impostos e Alfândegas, **Pierre Moscovici**, defendeu uma política orçamental expansiva, com flexibilidade inteligente. Realçando que se a divergência entre Estados membros se acentuar, a estabilidade não será suficiente para dinamizar a economia apelou para que os países que têm maior margem de manobra a utilizem (exemplificando com a Alemanha e a Holanda). Recordou que a Comissão Europeia está a preparar um livro branco por ocasião dos sessenta anos do Tratado de Roma e informou que a intenção é dinamizar e não estabilizar a zona Euro, realçando que não deve haver uma política orçamental punitiva mas de incentivo a reformas.

### **Sessão Plenária – Parte II**

#### **“Como dar forma a uma verdadeira União Económica e Monetária?”**

**Copresidida por** Roberto Gualtieri, Presidente da Comissão de Assuntos Económicos e Monetários, e Jean Arthuis, Presidente da Comissão de Orçamento. Intervenção inicial de Antonio Tajani, Presidente do Parlamento Europeu

O Presidente do Parlamento Europeu, **Antonio Tajani**, abriu a sessão, cumprimentando a mesa e esclarecendo a metodologia a adotar na sessão e saudando a presença dos Comissários Europeus **Valdis Dombrovskis** e **Pierre Moscovici**, após o que efetuou uma pequena intervenção, recordando que a economia continua com um fraco crescimento, realçando a necessidade de intervenção em pensões, mercado de trabalho, empresas e administração pública e destacando o ainda elevado nível de desemprego, com especial ênfase nos jovens.

O Presidente da Comissão de Orçamento, **Jean Arthuis**, suscitou a questão de a zona euro poder estar em perigo, salientando que é necessário haver confiança total na moeda e nas instituições. Já o Presidente da Comissão de Assuntos Económicos e Monetários, **Roberto Gualtieri**, destacou que, apesar de se verificarem os défices mais baixos de sempre, ficaram várias realidades por abordar.

O Vice-Presidente da Comissão Europeia para o Euro e o Diálogo Social, **Valdis Dombrovskis**, começou por referir que há que concluir a União Económica e Monetária, estabelecendo como prioridade as propostas sobre o mercado de



capitais. Defendeu que políticas financeiras são fundamentais para reduzir riscos macroeconómicos e que deve ser relançado o processo de convergência. Sustentou ainda que deve haver partilha de riscos com mecanismos de estabilização dos mesmos.

**Pierre Moscovici**, Comissário Europeu para os Assuntos Económicos e Financeiros, Fiscalidade e União Aduaneira, por seu turno, mencionou a zona euro como sendo um projeto de futuro e sublinhou a necessidade de reforçar a coerência das políticas macroeconómicas, com uma política orçamental mais propícia ao crescimento. Considerou essencial concluir a União bancária e defendeu que a dimensão social deverá estar plenamente presente, acrescentando que é necessário um novo impulso democrático na zona euro, para manter o apoio da opinião pública à moeda única.

Seguiu-se um período de debate, no qual intervieram membros das Delegações dos Parlamentos de Grécia, França, Croácia, Alemanha, Chipre, Letónia e Polónia, que abordaram, entre outros assuntos: as elevadas dívidas públicas dos Estados Membros; a necessidade de reflexão sobre as políticas macroeconómicas da União Europeia e as virtudes de uma política orçamental expansionista; o aprofundamento da democracia nas decisões adotadas pela União Europeia e a possibilidade de criação de um nível comum de tributação; a necessidade de debate sobre a arquitetura da zona euro, a posição central do Banco Central Europeu e a criação de um Fundo Monetário Europeu; o acesso ao financiamento das empresas e o terceiro pilar do sistema europeu de garantias de depósitos; o desequilíbrio entre objetivos financeiros e sociais e o problema da legitimidade do Banco Central Europeu como centro de poder que não responde perante nenhuma instituição; o populismo; o combate à evasão fiscal; a possível criação de um Parlamento da zona euro; a situação da Grécia e as críticas internacionais às políticas das instituições europeias para este país; o reconhecimento da importância do investimento público.

Neste debate, intervieram da parte da delegação da Assembleia da República, as Senhoras e os Senhores Deputados **Miguel Tiago (PCP)**, **Eurico Brilhante Dias (PS)** e **António Leitão Amaro (PSD)**.

O Senhor Deputado **Miguel Tiago (PCP)** sublinhou a existência de fortes assimetrias entre os Estados Membros, agravadas pelo Mercado Único, notando a necessidade de libertar recursos para a prossecução das funções do Estado.

Referiu o que considerou ser uma situação de oligopólio, no que respeita à união bancária, mencionando a incapacidade dos Estados Membros em intervir no sistema bancário e realçando que entende que o sistema financeiro é insustentável. Defendeu o aumento da despesa com pensões e salários e a criação de um programa para apoiar países que tenham que sair da zona euro, acrescentando que o sistema bancário, como existente, deverá ser desmantelado.

O Senhor Deputado **Eurico Brilhante Dias (PS)** começou por enfatizar a necessidade de completar, rapidamente, a união bancária, para torná-la credível. Notou que continuam a ser os contribuintes a pagar os resgates e que há uma enorme desconfiança dos cidadãos, que pagam e não podem escrutinar nem o Banco Central Europeu nem a Direção-Geral da Concorrência. Lembrou que vários Deputados estiveram em Comissões Parlamentares de Inquérito sobre bancos e não conseguiram escrutinar as decisões europeias. Perguntou que medidas está a Comissão Europeia a pensar tomar para terminar este processo.

O Senhor Deputado **António Leitão Amaro (PSD)** iniciou a sua intervenção salientando a imperfeição e a insuficiência da União Monetária e notando que se ficou a meio caminho. Recordando as diferenças e assimetrias entre os países do norte e do sul, realçou que o projeto do euro não está a ser cumprido e que nada está a ser feito para mudar essa situação. Declarou que faz parte de uma área política que defende a necessidade de cumprir regras mas que deseja, também, que se efetivem avanços. Questionou a mesa sobre a previsão de finalização da união bancária e do mercado de capitais, levantando também a questão da criação do Fundo Monetário Europeu, para apoio técnico e financeiro a reformas estruturais e diminuição de assimetrias. Pediu mais ação e menos relatórios.

O Vice-Presidente da Comissão Europeia para o Euro e o Diálogo Social, **Valdis Dombrovskis**, interveio referindo que a união bancária e a partilha e redução de riscos devem avançar concomitantemente. Defendeu a necessidade de prosseguir políticas monetárias diferenciadas e que os elevados níveis de dívida pública são um entrave ao investimento.

O Comissário Europeu para os Assuntos Económicos e Financeiros, Fiscalidade e União Aduaneira, **Pierre Moscovici**, declarou que a União Económica e Monetária é um projeto de futuro, e que estão a ser pensadas várias fórmulas possíveis para a criação de um parlamento da zona euro. Notou que o livro



branco dará um ímpeto para aprofundar a zona euro e que é necessário partilhar e reduzir riscos lado a lado. Sublinhou que a democratização da zona euro é fundamental. Considerou que há avanços no combate à fraude e evasão fiscal mas que tem que ser repensada a base dos impostos.

O Presidente da Comissão de Assuntos Económicos e Monetários, **Roberto Gualtieri**, lembrou que a União Económica e Monetária é objeto de um livro branco e a necessidade de legitimidade democrática para tomar decisões.

O Presidente da Comissão de Orçamento, **Jean Arthuis**, desafiou os Deputados nacionais a identificar como avançar na união bancária, notando que há ainda muito a fazer para reforçar a legitimidade democrática. Suscitou também a questão da evasão fiscal e da concorrência fiscal entre Estados Membros.

## **2. Reunião interparlamentar das Comissões - Sessões de trabalho organizadas pelas Comissões dos Assuntos Económicos e Monetários (ECON), do Emprego e dos Assuntos Sociais (EMPL) e dos Orçamentos do Parlamento Europeu (BUDG).**

Na manhã do dia 31 de janeiro decorreram as reuniões das Comissões interparlamentares organizadas pela Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários (ECON) – na qual participaram os Eurico Brilhante Dias (PS), Manuel Rodrigues (PSD), António Leitão Amaro (PSD), João Galamba (PS), Miguel Tiago (PCP) e Ivan Gonçalves (PS); pela Comissão do Emprego e dos Assuntos Sociais (EMPL) – na qual participou a Senhora Deputada Clara Marques Mendes(PS); e pela Comissão dos Orçamentos (BUDG) – na qual não participou qualquer Deputado.

## 2.1 Reunião interparlamentar organizada pela Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários (ECON)

### Tópicos:

- Seguimento dado às revelações dos Panama papers e Bahamas leaks e lições a tirar
- União Bancária, União do Mercado de Capitais e o Mercado Único da União Europeia para Serviços Financeiros.

### Intervenções iniciais de:

- **Panama papers e Bahamas leaks** - **Werner Langen**, Presidente da Comissão de Inquérito à lavagem de dinheiro, e evasão fiscal (PANA); **Mark Pieth**, ex-membro da Comissão de Inquérito sobre o Panamá; **Ed Groot**, Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre estruturas fiscais, na Holanda; **Ahmed Ahmed Laaouej**, Presidente da Comissão Especial sobre os Panama papers, na Bélgica; **Kai Jan Krainer**, Vice-Presidente da Comissão de Finanças do Conselho Nacional Austríaco.

- **União Bancária, União do Mercado de Capitais e o Mercado Único da União Europeia para Serviços Financeiros** - **Roberto Gualtieri**, Presidente da Comissão de Economia; **Ugo Bassi**, Director para os Mercados Financeiros, na Direção-Geral para a Estabilidade Financeira, Serviços Financeiros e União do Mercado de Capitais; **Andrea Enria**, Presidente da Autoridade Bancária Europeia, Presidente da Comissão Conjunta das Autoridades Europeias de Supervisão e segundo Vice-Presidente do Conselho Europeu de Risco Sistémico; **Burkhard Balz**, Relator do Relatório de iniciativa própria (INI) sobre o balanço e dos desafios da legislação sobre serviços financeiros da União Europeia.

Participaram nesta sessão os Senhores Deputados **Eurico Brilhante Dias (PS)**, **Manuel Rodrigues (PSD)**, **António Leitão Amaro (PSD)**, **João Galamba (PS)**, **Miguel Tiago (PCP)** e **Ivan Gonçalves (PS)**.

No período de debate intervieram os Senhores Deputados **Miguel Tiago (PCP)**, **João Galamba (PS)** e **Eurico Brilhante Dias (PS)**.

### *i. Seguimento dado às revelações dos Panama papers e Bahamas leaks e lições a tirar*

No período dedicado às intervenções iniciais, começou por usar da palavra **Werner Langen**, Presidente da Comissão de Inquérito à lavagem de dinheiro, e evasão fiscal (PANA), recordou a recente multa de treze mil milhões de euros imposta à Apple, atribuindo a falta de tributação ao facto de os lucros terem permanecido em paraísos fiscais, e mencionou uma mais acentuada pressão da opinião pública para maior justiça fiscal.



**Mark Pieth**, ex-membro da Comissão de Inquérito sobre o Panamá; **Ed Groot**, Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre estruturas fiscais, na Holanda, tomou de seguida a palavra, defendendo uma opção por países com uma regulamentação mais forte. Notou que falta efetividade na atuação das entidades reguladoras e aludiu à realidade dos conselheiros fiscais, que deixam de atuar apenas como conselheiros jurídicos e que se tornam operadores financeiros. Lembrando a realidade da economia-sombra, suscitou a questão de se efetuar um registo mundial de empresas, com registo, igualmente, de beneficiários e proprietários efetivos, de forma a ser possível uma verificação.

Interveio depois **Ed Groot**, Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre estruturas fiscais, na Holanda, perorou sobre o seu trabalho na Comissão, o lugar da Holanda na estrutura das sociedades fictícias e no papel dos conselheiros fiscais. Notou que muito dinheiro passa por sociedades de fachada, sem atividade económica em território holandês, defendendo a necessidade de verificar se são aceitáveis. Suscitou a questão da responsabilidade dos parlamentos nacionais.

Interveio também, neste painel, **Ahmed Ahmed Laaouej**, Presidente da Comissão Especial sobre os Panama papers, na Bélgica, que informou haver muitos cidadãos belgas envolvidos nos Panama papers. Aludiu à falta de coordenação e de transmissão de informação nos serviços do Estado, acrescentando ainda que não há uma lista homogénea de paraísos fiscais e referindo que o Comissário Moscovici se terá comprometido a apresentar essa lista com brevidade. Propôs a criação de uma agência europeia contra a fraude e a evasão fiscais e o reforço do quadro legal para “atacar” os facilitadores das fraudes.

Finalmente, usou da palavra **Kai Jan Krainer**, Vice-Presidente da Comissão de Finanças do Conselho Nacional Austríaco, que se referiu à necessidade de proteger denunciantes, defendendo também uma tributação justa para as multinacionais. Adiu que deverá ser averiguado quem ajuda as multinacionais e os milionários na evasão, propondo que quem quiser levar o dinheiro para paraísos fiscais seja sujeito a uma tributação na ordem dos 35/45%.

Após as intervenções iniciais seguiu-se uma troca de pontos de vista entre os participantes, tendo intervindo representantes de várias Delegações, nomeadamente dos Parlamentos de Malta, França, Alemanha, Grécia, Holanda, Letónia, bem como do próprio Parlamento Europeu.

Foram diversos os tópicos abordados: dificuldades da cooperação internacional entre reguladores financeiros, a confiança no sistema vigente, os interesses fiscais específicos de alguns países e os seus modelos fiscais, a inação na defesa dos contribuintes europeus, a necessidade de intercâmbio de informações fiscais, a tributação das empresas em paraísos fiscais e das pessoas por trás das mesmas, a falta de vontade política em avançar, a possibilidade de criação de uma unidade europeia de partilha de informação e de obrigação dos Estados divulgarem o seu património financeiro no estrangeiro, a definição de um limiar mínimo de tributação e melhorias nas listas negras, a cobrança de impostos nos locais onde são gerados os lucros, o papel dos intermediários e a premência da regulamentação das profissões que facilitam fluxos financeiros ilegais, a eventualidade de imposição de sanções a países que não cooperem, a necessidade de maior transparência na atuação dos Estados Membros.

Neste debate, intervieram da parte da delegação da Assembleia da República, o Senhor Deputado **Miguel Tiago (PCP)**.

O Senhor Deputado **Miguel Tiago (PCP)** referiu que participou em três Comissões Parlamentares de Inquérito sobre o sistema financeiro e que há um fator comum aos problemas com o mesmo, nomeadamente a existência de operações que lesam os interesses nacionais. Notou que os paraísos fiscais são parte integrante do capitalismo e que não se deve deixar aos bancos o controlo de quem efetua as transferências para esses paraísos fiscais. Apresentou três propostas: taxar as empresas no local de criação de riqueza, proibir ou taxar fortemente as transferências para paraísos fiscais e terminar com as auditorias externas ao sistema financeiro.

O Senhor Deputado português ao Parlamento Europeu **Miguel Viegas (GUE)** colocou uma questão sobre o sistema fiscal belga, relativo a lucros de empresas e vantagens fiscais. Suscitou também a questão da transposição das diretivas sobre evasão fiscal para as legislações nacionais, bem como a percentagem necessária para se ser registado como beneficiário efetivo.



A Senhora Deputada portuguesa ao Parlamento Europeu **Ana Gomes (SD)** suscitou questões sobre a competitividade fiscal e as tentativas nacionais de concorrer pela concessão das maiores vantagens fiscais.

A mesa respondeu conjuntamente aos comentários e questões suscitadas, após o que foi encerrada a sessão.

*ii. – União Bancária, União do Mercado de Capitais e o Mercado Único da União Europeia para Serviços Financeiros.*

Na sua intervenção inicial **Roberto Gualtieri**, Presidente da Comissão de Economia, referiu-se à assimetria entre a partilha do risco e a redução do risco, afirmando ainda que uma maior integração no mercado de capitais implica variedade de financiamento.

De seguida, interveio **Ugo Bassi**, Diretor para os Mercados Financeiros, na Direção-Geral para a Estabilidade Financeira, Serviços Financeiros e União do Mercado de Capitais, que questionou se o atual quadro financeiro é adequado, notando que a Comissão Juncker tem estado focada na União do Mercado de Capitais e na circulação de onde estes existem em excesso para onde fazem falta. Realçou a existência de um plano de ação, com iniciativas para a revisão de diretivas e regulamentos e considerou necessário acelerar as reformas em curso. Pretende que se garanta que não se coloquem em causa os fluxos financeiros e que as PME's obtenham um mais fácil financiamento. Defendeu também incentivos aos bancos e seguradoras para investimentos a longo prazo, bem como a desburocratização e a eliminação de entraves desnecessários à atividade das empresas.

**Andrea Enria**, Presidente da Autoridade Bancária Europeia, Presidente da Comissão Conjunta das Autoridades Europeias de Supervisão e segundo Vice-Presidente do Conselho Europeu de Risco Sistémico, começou por declarar que o Brexit reforçou uma ideia de segmentação do mercado europeu, notando, ainda assim, que houve reformas como a criação da Autoridade Bancária Europeia. Sustentou que há uma integração crescente do mercado europeu, defendendo que a responsabilidade é um elemento chave, num quadro europeu

homogéneo, respeitando as idiossincrasias dos bancos. Referiu-se ao progresso nas reformas, embora com baixa intensidade das melhorias, à diminuição do crédito mal-parado e à necessidade de uma abordagem europeia nesta matéria (gestão de ativos).

Por seu turno, **Burkhard Balz**, Relator do Relatório de iniciativa própria (INI) sobre o balanço e dos desafios da legislação sobre serviços financeiros da União Europeia, referiu-se à necessidade de avaliação da legislação para consumidores e notou que o Brexit condicionará os trabalhos nos próximos dois/três anos.

Após as intervenções iniciais seguiu-se uma troca de pontos de vista entre os participantes, tendo intervindo representantes de várias Delegações, nomeadamente, dos Parlamentos da França, Suécia, Grécia, Reino Unido, bem como de alguns Deputados ao Parlamento Europeu de Itália e Alemanha.

Os aspetos focados incidiram, fundamentalmente, sobre o Brexit e as suas consequências, a falta de uma garantia comum de depósitos e a sua necessidade – tendo em vista a proteção de pequenos e médios depositantes –, a exposição dos EM a crises futuras, a insuficiência do Fundo Resolução, o alívio de encargos para pequenas instituições financeiras, o apoio às PME's, a credibilidade dos primeiros dois pilares da União Bancária, os riscos dos fundos para o crédito mal parado.

Neste debate, intervieram da parte da delegação da Assembleia da República, os Senhores Deputados **João Galamba (PS)**, **Eurico Brilhante Dias (PS)** e **Miguel Tiago (PCP)**.

O Senhor Deputado **João Galamba (PS)** suscitou a questão de criar um ativo sem risco europeu, colocando ainda questões relacionadas com fundos de compras de NPL.

O Senhor Deputado **Eurico Brilhante Dias (PS)**, mencionou a grande pressão da exigência de aumentos de capital, acrescentando que têm sido os contribuintes europeus a pagar os problemas dos bancos, com muita dificuldade de escrutínio do supervisor europeu, questionando sobre formas de acelerar este escrutínio. Considerou ainda a diretiva “prospetos” insuficiente e, talvez, a perda



de uma oportunidade para relançar o mercado de capitais como alternativa ao crédito bancário.

O Senhor Deputado **Miguel Tiago (PCP)** afirmou que Portugal foi um laboratório das medidas da União Bancária, recordando a solução encontrada para o BANIF, imposta pelas instituições europeias, foi a sua integração num banco maior. Considerou que se promove a concentração de bancos e a prevenir o “too big to fail”, sendo a União Bancária um instrumento. Sustentou que a supervisão bancária é um embuste e que tem custos conhecidos do povo português, defendendo que a banca deve ser pública, ao serviço da política.

Usou também da palavra o Senhor **Deputado português ao Parlamento Europeu, Miguel Viegas (GUE)**, que declarou que a União Bancária foi criada para combater as entidades demasiado grandes para falir, mas que está a permitir a concentração de bancos.

A mesa respondeu conjuntamente aos comentários e questões suscitadas, após o que foi encerrada a sessão.

O registo vídeo desta sessão de trabalho está disponível em:

<http://www.europarl.europa.eu/ep-live/en/committees/video?event=20170131-0930-COMMITTEE-ECON-PANA>

e em:

<http://www.europarl.europa.eu/ep-live/en/committees/video?event=20170131-1115-COMMITTEE-ECON>

## 2.2 Reunião Interparlamentar organizada pela Comissão de Emprego e dos Assuntos Sociais do Parlamento Europeu (EMPL)

### Tópicos:

- A mobilidade dos trabalhadores e a importância das migrações laborais
- O Pilar europeu dos direitos sociais – próximos passos depois da consulta

Discurso introdutório de **Marianne Thyssen**, Comissária Europeia para o Emprego, Assuntos Sociais, Competências e Mobilidade Laboral

### Intervenções iniciais de:

**- A mobilidade dos trabalhadores e a importância das migrações laborais - Silvia Shahzad** Deputada eslovaca; **Frederic Daerden**, Deputado belga; antigo Deputado ao Parlamento Europeu;

**- O Pilar europeu dos direitos sociais – próximos passos depois da consulta**  
– **Regina Bastos**, Presidente da Comissão de Assuntos Europeus da Assembleia da República e antiga Deputada ao Parlamento Europeu; **Wolfgang Strengmann-Kuhn**, Deputado alemão na Comissão de Assuntos Europeus e suplente da Comissão para o Emprego e os Assuntos Sociais.

Participou nesta sessão a Senhora Deputada **Clara Marques Mendes (PSD)**.

No período de debate interveio a Senhora Deputada **Clara Marques Mendes (PSD)**.

A reunião iniciou-se com a intervenção da Comissária Europeia Marianne Thyssen, que começou por aludir ao número de contributos recebidos no contexto da consulta pública sobre o Pilar Europeu dos Direitos Sociais. De seguida, aludiu à aprovação do Relatório do Parlamento Europeu, referindo que a Comissão Europeia iria ter em consideração todas as opiniões com vista à concretização do Pilar. Considerou que a União Europeia necessita de uma economia competitiva que permita a criação de empregos, mas também confira proteção social aos trabalhadores e é esse o objetivo principal do Pilar Europeu dos direitos sociais. Acrescentou que o Pilar não é apenas uma iniciativa, mas uma necessidade política no contexto de reganhar a confiança dos cidadãos.



Referiu que a Comissão Europeia está consciente do Princípio da Subsidiariedade e que serão os níveis locais e nacionais que terão as maiores competências. Aludiu ainda à apresentação, em breve, de propostas legislativas sobre o equilíbrio entre a vida profissional e pessoal, sobre acessibilidade de pessoas com deficiência e sobre o reconhecimento de competências. No entanto, recordou que as melhores leis só o serão de facto se forem bem aplicadas. Fez uma breve alusão à proposta sobre o destacamento de trabalhadores, que recordou tratar-se de uma atualização da legislação da década de 90. Finalizou a sua intervenção referindo que cerca de 4% dos trabalhadores europeus usufruem da liberdade de circulação e que é necessário encontrar respostas para os desafios que essa mobilidade implica.

De seguida, antes da Comissão Europeia sair, foram efetuadas duas intervenções. Em primeiro lugar a correlatora do Parlamento Europeu responsável pela proposta relativa ao destacamento dos trabalhadores, Elisabeth Morin-Chartier (PPE), traçou o ponto de situação do processo legislativo no Parlamento Europeu e, em segundo lugar, a Deputada Nunzia Catalfo (Senado de Itália) aludiu aos desafios que se colocam aos trabalhadores e à falta de respostas concretas da Comissão Europeia. A Comissão Europeia fez um breve comentário final, incitando todos a participarem nos próximos passos da criação do Pilar europeu dos Direitos Sociais.

A reunião prosseguiu com a intervenção da Deputada Silvia Shahzad (Parlamento da Eslováquia), que traçou o quadro do trabalho na Eslováquia, referindo que até recentemente era um país de destacamento de trabalhadores, mas que atualmente se assiste a algum retorno, no entanto, os postos de trabalho existentes não interessam aos trabalhadores eslovacos e, por isso, assiste-se também a uma necessidade de empregar trabalhadores de outros Estados-Membros, designadamente, da Roménia, da Bulgária e da República Checa. Acrescentou que existe uma crescente pressão para abrir o mercado de trabalho para trabalhadores de países terceiros, dado que os salários praticados não permitem contratar trabalhadores dos Estados-Membros. Aludiu ainda à “fuga de cérebros” - nos últimos quinze anos, muitas pessoas com menos de 30 anos e com habilitações universitárias emigraram - defendendo a necessidade de medidas que evitem essa realidade. Aludiu ainda na sua longa intervenção à situação das pessoas com deficiência e as suas dificuldades na Eslováquia.



Concluiu a sua intervenção referindo que são necessárias medidas sociais ao nível europeu.

No período de debate intervieram vários parlamentares, que aludiram a vários temas, designadamente, a necessidade de combater o dumping social no âmbito do destacamento de trabalhadores (Frederic Daerden, Parlamento Europeu), a defesa da liberdade de circulação e o problema da “fuga de cérebros” (Skevi Koutra-Houkouma, Parlamento de Chipre), a importância de combater o trabalho não declarado e ilegal (Danuta Jazlowiecka, Parlamento Europeu), a necessidade de repensar a coordenação das pensões com vista a garantir pensões equilibradas num contexto de profundas diferenças entre sistemas (Mats Löfström, Parlamento da Finlândia) e a importância de estudar o impacto da mobilidade nas pessoas com deficiência (Jana Zitnanska, Parlamento Europeu). A Deputada ao Parlamento Europeu, Terry Reintke, incitou os Parlamentos nacionais a exprimirem a sua posição sobre a integração da liberdade de circulação nas quatro liberdades fundamentais e a sua possível limitação no quadro das negociações para a saída do Reino Unido da União Europeia.

O Deputado Dominik Tarczynski (Sejm da Polónia) fez uma intervenção, na qual criticou que o debate sobre mobilidade incluísse trabalhadores de países terceiros, bem como considerou a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres uma falsa questão, produto de uma agenda ideológica. Indagou ainda quais os Estados-membros que estavam disponíveis para empregar refugiados. Esta intervenção provocou diversas reações na sala, incluindo a Vice-Presidente da Comissão de Emprego e Assuntos Sociais, Marita Ulvskog, que se encontrava a presidir à reunião e que considerou a intervenção não adequada.

Em especial, relativamente à proposta da Comissão Europeia de revisão da diretiva sobre destacamento de trabalhadores, foram reiterados os argumentos invocados aquando da apresentação do parecer fundamentado (Katalin Csöbör, Parlamento da Hungria e Ryszard Majer, Senado da Polónia), bem como foi criticada a falta de consulta pública prévia à apresentação da proposta (Danuta Jazlowiecka, Parlamento Europeu) e a aplicação ao setor dos Transportes (Arne Gericke, Parlamento Europeu). Em sentido contrário, Nicoletta Favero (Senado



de Itália) defendeu a proposta, referindo a importância da igualdade de salário implicar todas as componentes remuneratórias do salário.

Na segunda parte da reunião, a primeira intervenção coube à Presidente da Comissão de Assuntos Europeus da Assembleia da República, Deputada Regina Bastos (PSD), que aludiu à construção de um Pilar Europeu de Direitos Sociais:

“Se a União Europeia é o mais bem conseguido projeto de paz entre nações, o Modelo Social Europeu que foi desenvolvido, sobretudo após a Segunda Guerra Mundial, é o mais avançado modelo social da História.

Este foi o modelo social que permitiu melhores condições de trabalho, proteção social adequada e alargada e abriu caminho para iguais oportunidades de acesso ao mercado de trabalho a duas gerações de europeus.

No entanto, o desenvolvimento operado pela União Europeia em diversas áreas tanto no âmbito do mercado interno como da união económica e monetária, não teve - é preciso afirmá-lo - idêntica correspondência no domínio social.

O modelo social europeu continuou a ser um reduto quase exclusivo dos Estados-Membros, que por opção própria, insistiram em mantê-lo na sua esfera de soberania, a cada revisão dos Tratados.

Ainda assim, os Tratados foram proporcionando à União Europeia alguma margem para agir. Não nos podemos esquecer que o Tratado de Roma consagra, na sua redação originária alguns princípios e regras que vão constituir o ponto de partida para o desenvolvimento posterior das matérias sociais ao nível europeu.

Nestas quase seis décadas, talvez o momento mais marcante tenha sido a aprovação, em 1991, do Tratado de Maastricht, no qual foi assumida formalmente uma dimensão social, que proporcionou as bases para o surgimento de uma legislação comunitária em matéria social, que incide sobre áreas tão distintas como a circulação de trabalhadores ou o emprego e formação profissional ou as condições de trabalho ou a igualdade de oportunidades e de tratamento ou situações laborais atípicas. Sem esquecer o diálogo social.

No entanto, a globalização, a transformação demográfica (incluindo o envelhecimento e as baixas taxas de natalidade), as alterações climáticas, a migração, mas também a revolução digital, acarretam profundas mudanças nas relações de trabalho, o que obriga à adaptação das políticas sociais.

E esse é um desafio comum a todos os Estados-Membros, mas é também um desafio transnacional, que ultrapassa as fronteiras. O desafio de alterar as políticas sociais e adaptá-las às novas realidades apenas pode ser vencido em conjunto e supranacionalmente.

Por isso é fundamental que a União Europeia assuma um papel liderante na «convergência social».

Agora que se encontra concluída a consulta pública, importa apresentar, em concreto, em 2017, um plano ambicioso com um calendário claro, que preveja iniciativas e metas, criando as possibilidades para todos os Estados-Membros terem uma notação social “triplo A”, que o Presidente da Comissão Europeia, no seu discurso do Estado da União, em setembro de 2015, defendeu.

O Parlamento Europeu, a Comissão Europeia, o Conselho, Os Governos têm, cada um, que fazer a sua parte.

No âmbito do acesso ao mercado de trabalho é importante garantir iguais oportunidades a todos, não apenas garantindo que a União Europeia não aceitará discriminações, mas sobretudo assegurando que agirá contra as que práticas discriminatórias.

De igual forma, é fundamental que a União Europeia possa agir no âmbito das qualificações, liderando o combate contra a iliteracia, em especial a numérica, a digital e a mediática.

No entanto, não é apenas necessário garantir o acesso ao mercado de trabalho, é também importante assegurar condições de trabalho justas, que garantam um conjunto básico de direitos aos trabalhadores e que também promovam o equilíbrio e a conciliação entre o trabalho e a vida pessoal de mulheres e homens.

Finalmente, num mercado interno, que quer ser também um mercado de trabalho, também a proteção social deverá ter mínimos, garantindo que qualquer trabalhador no espaço europeu está protegido, independentemente do Estado-Membro onde se encontre a exercer a sua atividade.

A Europa social não pode continuar a ser política e cronologicamente residual e não pode continuar a chegar em último lugar.

É este o momento para garantirmos que as gerações europeias futuras, independentemente do Estado-Membro onde tenham nascido e crescido, possam ter iguais oportunidades de acesso ao mercado de trabalho, as mesmas condições de trabalho e idêntica proteção social.”



De seguida interveio, o Deputado da Comissão de Assuntos Europeus do Bundestag da Alemanha, Wolfgang Strengmann-Kuhn, que defendeu a existência de sistemas de proteção social em todos os Estados-Membros, que assegurem real proteção social e que possibilitem a articulação entre si. Aludiu também à questão do salário mínimo a nível europeu, advogando que não tem de ser um valor concreto, mas tem de ser possível uma convergência de princípios, que permita uma gradual aproximação. Defendeu que as condições de trabalho devem ser garantidas de forma abrangente.

No período de debate foi dada inicialmente a palavra à Deputada ao Parlamento Europeu, **Maria João Rodrigues**, na qualidade de relatora do Relatório do Parlamento europeu sobre o Pilar Europeu dos Direitos Sociais, que considerou que o relatório é um bom instrumento de debate e apelou a contributos. Aludiu às principais propostas do relatório, tendo sublinhado a ideia de garantir o Direito a qualificações como o direito social do século XXI.

Seguiram-se várias intervenções, nas quais alguns parlamentares nacionais apresentaram os relatórios aprovados nas suas comissões sobre o Pilar Europeu dos Direitos Sociais. Entre as intervenções, Chiara Gribaudo (Câmara dos Deputados de Itália) defendeu o reforço dos instrumentos para empreender políticas contra cíclicas, bem como para fomentar o emprego jovem, enquanto Katalin Csöbör (Parlamento da Hungria) considerou que a diversidade dos sistemas nacionais devem ser respeitadas, tendo criticado a “convergência social ascendente” e os standards mínimos, defendeu, a contrario, a dinamização da economia como geradora de qualidade no trabalho.

A Deputada da Assembleia da República, **Clara Marques Mendes (PSD)**, interveio para salientar a importância de debater o pilar europeu dos direitos sociais. Aludiu à reforma estrutural da legislação laboral empreendida em Portugal com vista a garantir mais e melhor emprego, tendo referido que recente Relatório da OCDE elogiou os resultados ao nível da redução do desemprego - ainda que os números continuem a ser elevados. Defendeu uma posição mais integrada e mais harmonizada ao nível da União, que possa colaborar para a resolução de problemas como o desemprego de longa duração. A terminar defendeu a importância de garantir a coesão social.



Laura AGEA (Parlamento Europeu), que considerou que o relatório do Parlamento Europeu foi muito debatido, mas poderá naufragar se não forem acordados princípios vinculativos para todos e Sergio Gutierrez Prieto (Parlamento Europeu), que considerou fundamental convencer os governos a aceitar uma Europa social com salários decentes e boas condições de trabalho, tendo suscitado dúvidas sobre o sucesso de um mercado único que aumente o fosso salarial.

Intervieram ainda Skevi Koutra-Houkouma (Parlamento de Chipre) que alertou para o impacto social dos programas de ajustamento, que aumentaram as desigualdades sociais e que contribuíram para o aumento do trabalho precário, dos trabalhadores pobres e do desemprego, considerando que o Pilar Europeu dos Direitos Sociais não pode sobreviver se se mantiverem as políticas de austeridade. Por seu lado, Nikolaos Manios (Parlamento Helénico) considerou que o projeto europeu deveria garantir a paz, mas tal só é possível se for também garantida a coesão social, tendo referido que 130 milhões de pobres demonstram que o projeto está a falhar.

Foi dada ainda oportunidade aos oradores iniciais de poderem responder e comentar as intervenções, tendo a Presidente da Comissão de Assuntos Europeus da Assembleia da República referido ser importante tentar encontrar soluções mais justas para os trabalhadores europeus e que se caminhe para uma real “convergência social ascendente”. Considerou ainda existirem ambições comuns, que importa potenciar, como sejam a coesão social, a mobilidade de trabalhadores e a luta contra o dumping social. Defendeu que tem de existir um envolvimento dos governos para se poder atingir um verdadeiro pilar social europeu, bem como são necessários recursos financeiros para criar uma verdadeira Europa social. Concluiu, considerando que em bom momento se mitigou a conversa sobre união económica e monetária através de uma ambição de justiça social, que defendeu se aproximar dos desejos dos cidadãos europeus.

O Deputado da Comissão de Assuntos Europeus do Bundestag da Alemanha, Wolfgang Strengmann-Kuhn, referiu que União Europeia é um projeto de paz, mas também de bem-estar. Criticou aqueles que consideram que o crescimento económico é suficiente para atingir a coesão social, dando como exemplo a própria Alemanha, onde apesar do nível de crescimento, continuam a existir cerca de 12 milhões de pessoas aquém do limiar da pobreza. Concluiu referindo



que é necessário trabalhar e apresentar propostas, que contribuam de facto para a coesão social.

A terminar a reunião foi dada a palavra à Deputada ao Parlamento Europeu, **Maria João Rodrigues**, que considerou ter sido um debate muito importante e tendo defendido que uma verdadeira Europa social necessita de acordar um nível mínimo de direitos sociais, que possa ser respeitado em todos os Estados-Membros. Acrescentou ainda que União tem de ter a capacidade de proteger os seus cidadãos, tendo demonstrado disponibilidade para ir a todos os Parlamentos nacionais debater o Pilar Europeu dos Direitos Sociais em cada contexto específico.

A Vice-Presidente da Comissão de Emprego e Assuntos Sociais, Marita Ulvskog, agradeceu a presença de todos e deu por concluída a reunião.

O registo vídeo desta sessão de trabalho está disponível em:

<http://www.europarl.europa.eu/ep-live/en/committees/video?event=20170131-0930-COMMITTEE-EMPL>



**Dia 31 de janeiro de 2017 – Conferência Interparlamentar sobre a Estabilidade,  
Coordenação Económica e Governança na União Europeia**

Abertura por Antonio Tajani, Presidente do Parlamento Europeu, e Angelo Farrugia, Presidente da Câmara dos Representantes de Malta

O Presidente do Parlamento Europeu, **Antonio Tajani**, deu início à Conferência, aludindo à crise do desemprego, com ênfase no desemprego jovem. Realçou a necessidade de concluir a União Bancária e o Mecanismo Único de Supervisão. Defendeu o reforço da coerência de políticas, do aumento da convergência entre EM e o apoio à indústria e à economia. Notou que o chamado Tratado Orçamental tem regras complexas mas que há procurar um equilíbrio nas contas públicas, não acreditando numa oposição absoluta entre austeridade e crescimento económico mas sublinhando que a austeridade não é suficiente. Perorou sobre a necessidade de uma economia social de mercado, onde o mercado é um instrumento para fazer política social.

Interveio de seguida **Angelo Farrugia**, Presidente da Câmara dos Representantes de Malta, que recordou que a União Europeia vive a pior crise desde a sua formação, verificando-se um crescente euroceticismo. Defendeu a existência de vontade política para encontrar maiores compromissos e solidariedade, sustentando que o projeto europeu beneficia todos. Aludiu também ao desemprego jovem e ao emprego precário, declarando ser necessário reforçar a agenda social e não repetir os mesmos erros de 2008. Defendeu um equilíbrio entre medidas de austeridade e reformas.

1.1. O tratado orçamental como parte da elaboração de políticas económicas nacionais: troca de pontos de vista sobre as melhores práticas

Presidida por: **Roberto Gualtieri**, Presidente da Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários (ECON) do Parlamento Europeu.

Intervenções iniciais de: **Valdis Dombrovskis**, Vice-Presidente da Comissão Europeia para o Euro e o Diálogo Social, **José Luis Escrivá**, Presidente da rede de instituições orçamentais independentes da União Europeia, **Paolo Guerrieri Paleotti**, membro da Comissão de Orçamento do Senado italiano e de **Norbert Brackmann**, membro da Comissão de Orçamentos do Parlamento alemão.

No período de debate intervieram as Senhoras e os Senhores **Deputados João Galamba (PS)**, **Manuel Rodrigues (PSD)** e **António Leitão Amaro (PSD)**.

Na sua intervenção inicial o Vice-Presidente da Comissão Europeia para o Euro e o Diálogo Social, **Valdis Dombrovskis**, afirmou que o Tratado Orçamental não é uma iniciativa isolada, mas parte de uma resposta mais geral. Defendeu que o Tratado visa reforçar a responsabilidade orçamental e que deve ser um apoio a períodos orçamentais mais conturbados. Notou que o PEC apenas pode propor ações, e daí a necessidade de apresentar planos orçamentais à Comissão e discuti-los com os EM. Aludiu à coordenação com os Governos para atingir objetivos de dívida e à necessidade de conselhos orçamentais independentes. Declarou que o Tratado Orçamental introduziu a regra “cumpra ou explica” – se o Em não seguir as recomendações, deve explicar porquê.

De seguida **José Luis Escrivá**, Presidente da rede de instituições orçamentais independentes da União Europeia, começou por referir que o modelo existente era desadequado e não conseguiu evitar nem resolver crises orçamentais. Notando que a redução de despesa pode e deve ter correspondência na economia, referiu que o Tratado Orçamental é positivo. Considerou que houve progressos em todos os EM e que o acompanhamento das regras orçamentais é árduo. Sustentando que os EM tem margem de manobra, afirmou que uma maior simplificação das regras seria uma melhoria.

**Paolo Guerrieri Paleotti**, membro da Comissão de Orçamento do Senado italiano, referiu que a Itália adotou as novas regras e que tem um conselho orçamental independente, prevendo exceções às regras para situações de grave recessão ou catástrofe. Referiu que a Itália teve que adiar o principal objetivo do Tratado Orçamental, devido a situações imprevistas, recorrendo à flexibilidade prevista, e que apenas a Alemanha o cumpriu na íntegra, mas considerou que o mesmo melhorou a conjuntura. Notou, no entanto, que o mesmo precisa de revisões necessárias, como a metodologia para efetuar certos cálculos, criar regras mais flexíveis, prazos, limites. Defendeu uma maior agregação orçamental a nível da UE e a capacidade de praticar políticas mais discricionárias.

**Norbert Brackmann**, membro da Comissão de Orçamentos do Parlamento alemão, sublinhou que confiança é o ponto fulcral e que é necessário respeitar o Tratado Orçamental, caso contrário corre-se o risco de colocar em causa a UEM. Sustentou que os EM têm a responsabilidade de criar os meios para se desenvolver a médio prazo e que as dívidas públicas elevadas distorcem o mercado. Defendeu que a atual política monetária não é uma solução duradoura e que pode colocar em causa a confiança das instituições.

Seguiu-se um período de debate, tendo intervindo representantes de várias Delegações, nomeadamente, dos Parlamentos da Grécia, Letónia, Áustria, Espanha, Itália, Estónia, Suécia, Reino Unido, bem como de Deputados ao Parlamento Europeu de França.

Essas intervenções incidiram sobre temas como as regras do Tratado Orçamental e a sua eventual flexibilidade, na forma como os EUA reagiram à crise de 2008 e a comparação com a UE, a relação entre privilegiar o emprego ou o défice orçamental, as reformas estruturais e forma de chegar ao bem-estar, a relação entre o fraco crescimento económico, o elevado desemprego e o crescimento do populismo, a revisão do Tratado Orçamental, os resultados e a avaliação do Tratado Orçamental, a avaliação da UEM, a dicotomia austeridade/crescimento.

Neste debate, intervieram da parte da delegação da Assembleia da República, as Senhoras e os Senhores Deputados **João Galamba (PS)**, **Manuel Rodrigues (PSD)** e **António Leitão Amaro (PSD)**.



O Senhor Deputado **João Galamba (PS)** defendeu que não é possível sustentar que o Tratado Orçamental criou confiança na zona euro, e que esta só regressou quando o BCE prometeu fazer tudo para salvar o euro. Considerou que o crescimento desapontou com a austeridade e surpreendeu com a sua falta, pelo que a última coisa de que a UE precisa é de uma interpretação dogmática das regras e de um regresso à austeridade.

Usou também da palavra o Senhor Deputado **Manuel Rodrigues (PSD)**, para dizer que Portugal é um caso de sucesso de consolidação orçamental e propor a criação de um Fundo Monetário Europeu. Manifestou o seu apoio a reformas estruturais.

O Senhor Deputado **António Leitão Amaro (PSD)** interveio para frisar que Portugal efetuou um grande esforço orçamental; bem como reformas estruturais. Aludiu a dificuldades metodológicas e políticas na sua implementação, que podem gerar falta de compreensão. Apelou a que se tornem as regras estritamente financeiras mais claras ma, também, com recurso a critérios de produtividade e de desemprego. Questionou sobre as ações da Comissão Europeia sobre quem os EM que têm excedentes.

A mesa respondeu conjuntamente aos comentários e questões suscitadas, após o que foi encerrada a sessão

**1.2. Em direção a uma mais compreensiva e coordenada dimensão social na UEM: troca de pontos de vista**

**Presidida por:** **Claude Rolin**, Vice-Presidente da Comissão de Emprego e Assuntos Sociais do Parlamento Europeu.

**Intervenções iniciais de:** **Katja Lehto**, Secretária-Geral Adjunta da Confederação Europeia de Sindicatos do Comércio, **Thérèse de Liedekerke**, Diretora-Geral Adjunta da Business Europe, **Gabriele Bischoff**, Presidente do Grupo de Trabalhadores do Comité Económico e Social europeu.

No período de debate intervieram os Senhores Deputados **Clara Marques Mendes (PSD)** e **Ivan Gonçalves (PS)**.

**Claude Rolin**, Vice-Presidente da Comissão de Emprego e Assuntos Sociais do Parlamento Europeu, aludiu a questões como a mobilidade e a atipicidade do trabalho, e sugeriu que a Comissão Europeia apresente propostas concretas para uma base sólida de política social.

**Katja Lehto**, Secretária-Geral Adjunta da Confederação Europeia de Sindicatos do Comércio, manifestou as preocupações dos trabalhadores com o futuro, devido à austeridade e desestruturação de coletividades. Referiu que o mercado único trazia perigos mas que houve a garantia de que as vantagens seriam partilhadas, de que os trabalhadores não sairiam prejudicados e de que haveria um modelo social. Entende que deverá haver mais e melhor emprego e investimento, notando que o público sofreu bastante com as políticas de austeridade. Defendeu a revisão do PEC, políticas anti-cíclicas. Sublinhou que os salários devem ser aumentados, dado que baixaram mais que a produtividade, e que se devem procurar políticas redistributivas de rendimento, bem como apostar na economia verde e digital. Realçou que se deve recuperar a confiança no modelo social europeu.

Interveio de seguida **Thérèse de Liedekerke**, Diretora-Geral Adjunta da Business Europe, sustentou que a Europa social é uma realidade complexa e que existe uma forte disparidade de proteção social a nível mundial. Notou que as PME's também têm preocupações e defendeu o aumento do investimento



público e privado. Falou na necessidade de facilitar a criação de emprego e de melhorar ações de formação e de ensino. Aludiu ao elevado desemprego aliado à existência de muitas vagas. Realçou ainda que não se pode ter um sistema de Segurança Social seguro sem finanças saudáveis.

**Gabriele Bischoff**, Presidente do Grupo de Trabalhadores do Comité Económico e Social europeu, começou por defender o modelo social europeu, considerando que seguir o atual caminho é fracasso da Europa e que o pilar social é essencial, devendo-se encontrar um equilíbrio entre a política económica e a social. Defendeu a contratação coletiva e a necessidade de emprego público, maior solidariedade e mais mecanismos para diminuir os choques assimétricos. Propôs um quadro vinculativo de proteção social mais harmonizado e um salário mínimo de 60% do salário médio.

No debate intervieram representantes de várias Delegações, nomeadamente, dos Parlamentos da Alemanha, Grécia e Itália, bem como de Deputados ao Parlamento Europeu de Espanha e Alemanha.

Essas intervenções incidiram sobre o pilar social e a solidariedade social, o nível de pobreza e as reações à crise económica, a compatibilização da convergência social com o semestre europeu, a crise como eventual resultado da política económica.

Neste debate, intervieram da parte da delegação da Assembleia da República, as Senhoras e os Senhores Deputados **Clara Marques Mendes (PSD)** e **Ivan Gonçalves (PS)**.

A Senhora Deputada **Clara Marques Mendes (PSD)** afirmou que Portugal teve um elevado desemprego, que baixou com a reforma da legislação laboral realizada pelo anterior Governo. Defendeu a necessidade de garantir maior coesão social.

O Senhor Deputado **Ivan Gonçalves (PS)** destacou a importância do pilar social e lançou o desafio pra um combate ao desemprego jovem e às desigualdades. Considerou as soluções nacionalista e populista contrárias aos valores do projeto europeu e notou que Portugal tem um futuro redirecionado para políticas



sociais, com investimento público. Defendeu que as restrições orçamentais não podem ser um fim em si.

Interveio também a Senhora Deputada portuguesa ao Parlamento Europeu, **Maria João Rodrigues** (SD), aludiu a uma sensação de perda de controlo da situação, que o pilar social pretende combater. Sustentou a necessidade de defender o contrato de trabalho, com boas condições de trabalho e sublinhou a importância da aprendizagem ao longo da vida. Considerou importante ter salários com mínimos sociais, mas respeitando a concertação social.

Finalmente, usou ainda da palavra a Senhora Deputada portuguesa ao Parlamento Europeu **Sofia Ribeiro** (EPP), que começou por constatar um contraste entre algumas propostas do Parlamento Europeu e dos EM. Levantou a questão da articulação de políticas económicas e da possibilidade de passar ao despoletar de mecanismos para atuar quando os indicadores não forem cumpridos. Salientou a necessidade de envolver os parceiros sociais no semestre europeu e aludiu à necessidade de equilíbrio entre as Comissões de Emprego e de Economia.

A mesa respondeu conjuntamente aos comentários e questões suscitadas, após o que foi encerrada a sessão.

1.3. **Em direção ao benchmarking de reformas nacionais em estímulo do crescimento sustentado e do emprego: troca de pontos de vista sobre as melhores práticas**

**Presidida por:** **Silvio Schembri**, Presidente da Comissão de Assuntos Económicos e Financeiros da Câmara dos Representantes de Malta.

**Intervenções iniciais de:** **Mari Kiviniemi**, Secretária-Geral adjunta da Organização para a Cooperação Económica e o Desenvolvimento (OCDE), **Mario Vella**, Governador do Banco Central de Malta, **Thomas Wieser**, Presidente do Comité Económico e Financeiro e do Grupo de Trabalho do Eurogrupo.

**Mari Kiviniemi**, Secretária-Geral adjunta da Organização para a Cooperação Económica e o Desenvolvimento (OCDE), aludiu à baixa produtividade, às estratégias de reforma, as reformas estruturais que, no seu entender, baixaram de ritmo. Enfatizou, como prioridades da OCDE, a reduzida mobilidade laboral, as barreiras regulatórias no setor dos serviços e as melhorias no mercado de capitais.

Por seu turno, **Mario Vella**, Governador do Banco Central de Malta, perorou sobre as recomendações específicas dirigidas a Malta. Referiu-se ainda à subida da paridade do poder de compra, ao aumento da taxa de emprego, às reformas laborais – em Malta. Defendeu mudanças no setor da energia e no setor bancário.

**Thomas Wieser**, Presidente do Comité Económico e Financeiro e do Grupo de Trabalho do Eurogrupo, pronunciou-se sobre as várias interpretações da UEM e da Europa, no âmbito da subsidiariedade e da solidariedade. Defendeu reformas no mercado de trabalho e questionou como se poderia melhorar o *spill over* positivo, minorando o negativo.

Seguiram-se intervenções de Deputados dos Parlamentos da Grécia, Letónia, Áustria, Chipre, Lituânia e Itália, sobre matérias como as reformas estruturais e



os seus custos, a não contabilização de investimento público para o défice orçamental, críticas ao Tratado Orçamental, à OCDE e ao EcoFin, bem como às consequências do rumo seguido até agora, incluindo as políticas sociais e à bondade da liberdade de circulação de trabalhadores, os procedimentos sobre desequilíbrios macroeconómicos (e como deviam ser complementados com sociais) e os efeitos, positivos e negativos, das reformas realizadas.

Os trabalhos foram encerrados pelo Presidente da Comissão de Finanças da Câmara de Representantes dos Países Baixos, **Pieter Duisenberg**, que denotou na sua intervenção a necessária cooperação interparlamentar para superar os desafios que se colocam à União Europeia.

A mesa respondeu conjuntamente aos comentários e questões suscitadas, após o que foi encerrada a sessão.

**1.4. O papel dos programas de assistência financeira e do Mecanismo Europeu de Estabilidade na salvaguarda da estabilidade do euro: troca de pontos de vista**

**Coresidida por:** **Silvio Schembri**, Presidente da Comissão de Assuntos Económicos e Financeiros da Câmara dos Representantes de Malta e **Roberto Gualtieri**, Presidente da Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários (ECON) do Parlamento Europeu.

**Intervenções iniciais de:** **Edward Scicluna**, Presidente do Conselho de Assuntos Económicos e Financeiros (ECOFIN), **Klaus Regling**, Diretor do Mecanismo Europeu de Estabilidade.

No período de debate intervieram os Senhores Deputados **Manuel Rodrigues (PSD)**, **Miguel Tiago (PCP)** e **António Leitão Amaro (PSD)**.

**Klaus Regling**, Diretor do Mecanismo Europeu de Estabilidade, começou por se referir a falta de disciplina orçamental, por parte de alguns EM, e a custos salariais elevados (nas economias que precisaram do MEE). Notou que as medidas (aplicadas naqueles EM) foram dolorosas, dada a necessidade de desvalorização interna e diminuição de custos de produção (habitualmente em salários). Considerou os resultados visivelmente positivos, com altas taxas de



crescimento e redução do desemprego. Sustentou que o Euro trouxe vantagens económicas reais.

**Edward Scicluna**, Presidente do Conselho de Assuntos Económicos e Financeiros, defendeu o Euro como projeto político e recordou a crise financeira global e a crise das dívidas europeias (atribuindo a culpa desta aos EM). Sublinhou que, quando a UEM foi criada, não se pensou que um EM perdesse acesso aos mercados, e que houve um risco efetivo de desmoronamento do Euro mas a UE resolveu a situação. Referiu-se a desequilíbrios orçamentais graves e à estabilização de políticas orçamentais, considerando o MEE fundamental para essa estabilização. Sustentou que a discussão sobre se a austeridade é positiva deve continuar, bem como se a mesma deve incluir apenas EM com défices ou também com excedentes.

No debate intervieram representantes de várias Delegações, nomeadamente, dos Parlamentos da Grécia, Chipre, Estónia e Itália, bem como de Deputados ao Parlamento Europeu da Grécia.

Essas intervenções incidiram sobre a comparação entre as opções da UE e as do EUA após a crise, a insuficiência do recurso exclusivo à disciplina orçamental a necessidade de estabilizar o sistema bancário e de ter uma rede de proteção social, o futuro do programa de assistência à Grécia, as consequências – numa perspetiva crítica - da austeridade no Chipre e na Grécia, a perspetiva os países credores na sua condição de autores de empréstimos aos países em dificuldades, as desvantagens do euro e a sua preparação (da zona euro) para o futuro.

Neste debate, intervieram da parte da delegação da Assembleia da República, as Senhoras e os Senhores Deputados **Manuel Rodrigues (PSD)**, **Miguel Tiago (PCP)** e **António Leitão Amaro (PSD)**.

O Senhor Deputado **Manuel Rodrigues (PSD)** defendeu uma evolução na arquitetura institucional europeia, no sentido de constitui um Fundo Monetário europeu, bem como um maior avanço no sentido de uma política comum europeia e mais reformas estruturais no mercado único.



O Senhor Deputado **Miguel Tiago (PCP)** sustentou que o Euro resulta em divergência e não convergência. Notou que a crise não surgiu porque os portugueses gastavam o que não tinham mas porque os custos do Euro para Portugal são inoportáveis e foi necessário salvar bancos, transferindo dívida para o Estado. Defendeu um repensar do dogma do Euro e realçou que as reformas estruturais em Portugal, nomeadamente a flexibilização do mercado labora, levaram a uma maior disparidade na redistribuição de rendimentos entre capital e trabalho. Finalizou alertando para o facto de a degradação das funções sociais do Estado corroer a democracia.

O Senhor Deputado **António Leitão Amaro (PSD)** manifestou a sua concordância com o Mecanismo Europeu de Estabilidade. Referiu que quem aplicou os programas de assistência, ainda que com falhas, entendeu que havia necessidade de o fazer, e recordou que os agricultores alemães e franceses, assim como as indústrias do norte, beneficiam de uma moeda mais desvalorizada. Notou que os mecanismos existentes não são suficientes e que uma UEM precisa de mecanismos de correção. No contexto da constituição de um Fundo Monetário Europeu, notou que tal não significa pedir mais dinheiro. Defendeu a existência de um mecanismo que proteja os EM de choques assimétricos e maior harmonização de legislações.

A mesa respondeu conjuntamente aos comentários e questões suscitadas, após o que foi encerrada a sessão.

**Assembleia da República, 5 de junho de 2017.**

O Chefe de Delegação,

(Eurico Brillhante Dias)